

Câmara Municipal de Araçoiaba da Serra

Rua Professor Toledo, 668

e-mail: contato@camaradearacoiabadaserra.sp.gov.br site: www.camaradearacoiabadaserra.sp.gov.br

CNPJ: 60.113.172/0001-01

Fones: (15) 3281-1613

(15) 3281-5074

Fax: (15) 3281-2775

CEP: 18190-000

PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA $\,$ N°. 01/2.018 , AO PROJETO DE LEI $\,$ N°. 133/2.018.

Altera a redação do artigo 1°. do Projeto de Lei n°.133 de 2.018 que "Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações sociais e dá outras providências"

VALQUIRIA DI TATA CAMPOS OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Araçoiaba da Serra, faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte emenda:

Artigo 1°.- Fica alterada a redação do artigo 1°. do Projeto de Lei, passando a conter a seguinte redação:

Artigo 1°.: O Poder Executivo Municipal poderá qualificar como Organizações Sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à saúde, atendidos os requisitos previstos nesta lei.

Artigo 2°.- As despesas com a presente, correrão por conta de dotação orçamentária prevista, suplementada se necessário.

Artigo 3°.- Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2.018.

OSWALDO ELIAS DA SILVA JÚNIOR

VEREADOR

OSWAL

OS



Câmara Municipal de Araçoiaba da Serra

Rua Professor Toledo, 668

e-mail: contato@camaradearacoiabadaserra.sp.gov.br site: www.camaradearacoiabadaserra.sp.gov.br

CNPJ: 60.113.172/0001-01

Fones: (15) 3281-1613

(15) 3281-5074

Fax: (15) 3281-2775

CEP: 18190-000

JUSTIFICATIVA

O uso das Organizações Sociais (OS) na Saúde é uma alternativa , desde que bem aplicada . A gestão pública e as Organizações Sociais (OS), podem coexistir e assim ajudar na complementação dos serviços de saúde , como nos casos de insuficiência de sua rede pública própria.

A celebração de contratos de gestão com organizações sociais pelo Poder público na área da saúde, está pacificada no Tribunal de Contas , sendo também o entendimento do Supremo Tribunal Federal ,desde que sejam aplicados os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, do interesse público e da motivação.

Importante destacar, que os agentes privados (Organizações Sociais) não devem substituir o poder público municipal, já que o Poder Executivo Municipal continua como responsável constitucional pela garantia da prestação dos serviços, para que os cidadãos tenham seus direitos atendidos com qualidade e eficiência.

Espero dos Vereadores desta Casa de Leis a estimada atenção e o apoio para a aprovação da emenda .

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2.018.

OSWALDO ELIAS DA SILVA JÚNIOR

Osnolo L

VEREADOR